Ata da 2ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite – CIB em 2023

Aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, no auditório da FUNESA, localizado na travessa Basílio Rocha, nº 33, B. Getúlio Vargas, Aracaju/SE, às oito horas e trinta minutos, aconteceu a 2ª (segunda) Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite - CIB. Estiveram presentes os (as) seguintes membros representantes estaduais titulares – SEASC: Érica Lima Cavalcante Mitidieri; Helga Muller Mengel; Luís Fernando Teodoro Almeida; Franciele Santana de Sousa; Marcelo Silva de Andrade; Luzia Santos Góis, como também, os representantes estaduais suplentes - SEASC: Roberta Viana Menezes Salgado; José Carlos Ferreira Passos; Kátia Cristina Ferreira dos Santos. Estiveram presentes os membros representantes titulares dos Municípios de Pequeno Porte 1: Ricardo de Santana Marques – Nossa Senhora de Lourdes; a Representante dos Municípios de Pequeno Porte 2: Onete da Mota Santos - Laranjeiras; o Representante dos Municípios de Médio Porte: Valdiosmar Vieira Santos – Lagarto. Representante dos Municípios de Grande Porte: Aída Almeida Santos de Santana – Nossa Senhora do Socorro; Representante da Capital: Simone Santana Passos Maia – Aracaju. Presentes também na reunião os representantes dos municípios de Aquidabã, Riachuelo e Pacatuba, bem como, a secretária executiva da Cib, Thaís Virginia Chagas Almeida, Thalyta Rayanna Fontes Rocha Santos assessora técnica do Conselho Estadual de Assistência Social/CEAS e as estagiárias do CEAS, Amanda Santos de Jesus e Nathália Anjos do Nascimento. A reunião apresentou os seguintes pontos de pauta:**I –APRESENTAÇÕES: 1.** Câmara Técnica de Avaliação Peat 2022 e Discussão do PEAT 2023; **II - PACTUAÇÕES: 1.** Plano Estadual de Apoio Técnico aos municípios sergipanos 2023; **2.**Minuta da LEI do SUAS; **3.** Ações do Estado para o PROCAD; **4.**Doação dos computadores anunciados na CIB de dezembro. **III - INFORMES: 1. SEASC:** Diretoria do CadÚnico e Vigilância Socioassistencial: Repasse das parcelas de recursos referente ao Programa de Fortalecimento Emerngencial do Cadastro Único; Diretoria de Benefícios e Programas Socioassistenciais: Cmais Mulher e Cmais PVHA; Diretoria de Gestão do Trabalho e Educação Permanente: Programa CapacitaSUAS, Percurso Formativo do SUAS. **2. COEGEMAS**. **3. CEAS:** Processo Conferencial 2023: Reunião Ampliada – Conferências Municipais; Repasse do Encontro Estadual da Sociedade Civil; Eleição da nova Mesa Diretora. **IV – O QUE OCORRER**. A segunda reunião da Comissão Intergestores Bipartite de Sergipe do ano de 2023 foi iniciada após a verificação do quórum e com os cumprimentos da Secretária de Estado da Assistência Social e Cidadania e coordenadora desta comissão, Érica Mitidieri. Ato contínuo, antes de adentrar a pauta, a coordenadora da CIB destacou a necessidade de reforçar a atualização cadastral nos municípios, visto que esse ponto vem sendo bastante reforçado nos espaços de discussão da Política de Assistência Social em âmbito nacional. **I – 1.** Em seguida, a referência técnica da gestão do trabalho da Seasc, Franciele Santana, informou que de acordo com pactuação da última reunião da CIB, fora criada uma Câmara Técnica para avaliação do III Plano Estadual de Apoio Técnico e discussão do IV Plano Estadual de Apoio Técnico. Em prosseguimento, Franciele, coordenadora da Câmara Técnica, apresentou os membros componentes e explanou que foram realizadas duas reuniões com o referido grupo, em que, no primeiro momento, foi discutida uma retrospectiva dos PEAT's anteriores, entendendo que o referido instrumental configura-se enquanto um norteador anual das ações estaduais. Ademais, relatou que o papel do estado pelos membros, em que foi compreendido que este possui a função precípua de apoio técnico e financeiro aos municípios. Para além deste entendimento, de acordo com a coordenadora, foi destrinchada a conceituação de apoio técnico e financeiro, dando características a essas funções. Além disso, a Câmara Técnica analisou a rede socioassistencial, bem como, os objetivos e as metas propostas para o plano. **II – 2.** Adentrando os pontos de pactuação, Franciele Santana apresentou o Plano Estadual de Apoio Técnico já com as contribuições da Câmara Técnica, para os membros da CIB, destacando

objetivos, metodologia ,metas, metodologia, cronograma de execução, previsão orçamentária e as estratégias de monitoramento e avaliação. Após a apresentação, Valdiosmar Vieira assumiu a fala para parabenizar a câmara técnica pelos trabalhos, avaliando como um grande avanço para a construção e compreensão do papel do estado no apoio técnico aos municípios. Ademais, reforçou que o alcance da educação permanente deverá ser trabalhado, bem como a ampliação e qualificação das equipes. Destacou que o apoio técnico é fundamental para execução e efetividade da Política de Assistência Social. Em continuidade, pontuou que no que se refere ao critério de priorização dos municípios para a oferta do apoio técnico, que foi o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), este não reflete necessariamente a situação da Política de Assistência Social e exemplificou dizendo que um grande gargalo dos municípios está na gestão financeira e orçamentária, em que, o IDH de um referido local pode ser alto, mas o município pode ter um acumulado de saldos, por falta de orientação na execução financeira. Logo após, realizou dois apontamentos ainda, primeiramente quanto ao quantitativo de visitas previstas, sendo apenas 30(trinta), bem como, a Conferência Estadual de Assistência Social constar no plano como apoio técnico, visto que, é de responsabilidade do Controle Social. Em resposta, Franciele Santana informou que as visitas serão realizadas às quartas-feiras, já às quintas-feiras ocorreriam reuniões de discussões técnicas. Concernente ao quantitativo de visitas, destacou que foi pensado a partir da equipe disponível e da quantidade de quartas-feiras no ano. Quanto ao IDH, informou que foram analisados outros possíveis índices, que acabaram não contemplando a realidade. Sobre a conferência, concordou com a retirada do PEAT. Ato contínuo, Valdiosmar Vieira e Ricardo Marques pontuaram que a palestra prevista nas metas poderia se configurar numa atividade mais complexa, por considerar a importância do tema planejado, de enfrentamento ao abuso e exploração sexual infantil. Ademais, sugeriram que com a retirada da conferência do PEAT, que fosse substituída por um evento voltado ao apoio técnico da gestão financeira e orçamentária. Além disso, Valdiosmar acrescentou que quanto à metodologia de deslocar toda equipe para o município tem os prós e contras, uma vez que, nem sempre o município apresenta fragilidades em todas as áreas da Assistência Social, e com base no levantamento prévio realizado, poderia ser realizado um direcionamento às equipes com maiores necessidades e ampliar a capacidade de atendimento aos municípios. Em resposta, Kátia Ferreira, diretora da Proteção Social, informou que além das visitas, o PEAT prevê salas de atendimento presencial na Seasc, com o objetivo de dirimir dúvidas, conforme levantamento das fragilidades apontadas pelos municípios. Em seguida, a coordenadora da CIB relatou que está sendo elaborada uma cartilha na perspectiva de orientações de gestão financeira e orçamentária para ser direcionada às secretarias municipais. Quanto à capacidade de atendimento do PEAT, informou que gradativamente buscará a ampliação. Continuando, citou ainda a importância da intersetorialidade e das parcerias para melhoria dos índices municipais. Após considerar as pontuações elencadas pelos membros no IV Plano Estadual de Apoio Técnico, este fora pactuado por unanimidade. **2.**Quanto ao ponto 2 de pactuação, o Diretor de Planejamento, Marcelo Andrade, assumiu a fala citando a Resolução CIB 12/2022, que estabelece o prazo de 30 dias para entrega do plano de ação do cofinanciamento estadual. Porém, contextualizou que alguns municípios não conseguiram atender ao prazo e por isso trouxe a proposta de prorrogação do prazo até o dia 30 de abril. Após, Valdiosmar Vieira indagou se a equipe da Seasc já havia entrado em contato com os municípios para identificar as principais dificuldades e a média de prazo necessário para regularização. Em resposta, Marcelo informou que o contato já vinha sendo realizado e que foi compreendido que no prazo proposto em minuta de resolução, as pendências seriam regularizadas. Deste modo, a proposta de prorrogação foi pactuada por unanimidade, para até 30 de abril. **III – 1.** No que concerne às discussões propostas pelo Coegemas, Valdiosmar Vieira iniciou esse ponto indagando sobre o funcionamento da Câmara Técnica do Cofinanciamento Estadual, que havia sido pactuada na CIB

anterior, mas até o momento, ocorreram reuniões. **2.** Ademais, solicitou informações acerta da Lei do Suas, visto que, caso hajam modificações na Lei do Cofinanciamento, se poderia tornar uma só lei, ou fragmentar. **3.** Além disso, foram buscadas informações sobre as ações estaduais acerca do Programa de Fortalecimento Emergencial do Cadastro Único, assim como a divulgação do processo de atualização cadastral. **4.** Ato contínuo, também indagou sobre os computadores a serem doados pela gestão estadual, com o objetivo de fortalecer o CadÚnico, que até o momento não houve a entrega. Em complementação, informou que outros dois gargalos tem interferido na dinâmica municipal, sendo eles: Primeiramente, o Tribunal Regional Eleitoral informou que não cederá as urnas eletrônicas ou de outro tipo, para votação dos conselheiros tutelares, sendo Sergipe o único estado com o referido problema. Já o outro gargalo apresentado, foi a imposição do judiciário para os municípios implantarem os Centros de Referência da Mulher, porém, por não haver financiamento próprio, parte dos recursos de custeio de equipes e das casas, estão sendo utilizados do montante da Assistência Social. Em complementação a questão das urnas, a Secretária Municipal de Aracaju, Simone Passos, informou que uma representante de sua equipe relatou que ocorreu uma reunião com o Ministro Alexandre de Moraes para articular a concessão. No entanto, Ricardo Marques destacou que o produto da referida reunião foi uma recomendação e possivelmente não seria acatada, visto que o TRE/SE tem a alegação de falta de pessoal e estrutura. Assim, Valdiosmar reforçou que seria necessária uma articulação entre o Governo de Sergipe e o Tribunal Regional Eleitoral para alinhar o diálogo. Outro ponto acrescido foi sobre a importância do apoio da gestão estadual na divulgação das eleições. Após, a representante do município de Aquidabã, Tereza Leite, assumiu a fala para reiterar os apontamentos da última reunião da CIB com relação ao judiciário no que se refere ao atendimento ao agressor da vítima de violência doméstica e familiar, destacando que o sistema judiciário tem tensionado os Centros de Referência Especializados de Assistência Social a realizar o atendimento com os grupos reflexivos direcionados aos homens e os Centros de Referência da Mulher, o atendimento às mulheres. Ademais, ainda nos pontos de discussão trazidos pelo Coegemas, Ricardo destacou a necessidade de capacitação dos cadastradores, tendo em vista que é necessária a atualização cadastral pelo Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único do Sistema Único da Assistência Social (ProCad). Em complementação as demandas, destacou a necessidade urgente da separação da conta dos benefícios eventuais da conta da básica, em virtude da possibilidade de gerar inconsistências na prestação de contas, uma vez que, os benefícios eventuais tem uma finalidade de utilização específica. Em resposta, no que se refere ao ponto 1, a coordenadora da CIB sugeriu a data de 24 de abril do corrente ano, para a realização da reunião da CT Cofinanciamento, bem como a pactuação da prorrogação do seu prazo de funcionamento até 20 de junho de 2023, sendo as sugestões acatadas pelos presentes. Em complementação, destacou que a equipe da Seasc está estruturando um sistema para auxiliar o processo de prestação de contas dos municípios, quanto ao cofinanciamento estadual e pretende apresentar a minuta na reunião da Câmara Técnica, ocasião essa, que também discutirá os prazos de entrega da prestação de contas de 2022. Em seguida, informou que a Lei do Suas havia sido revisada e estava pronta para ser protocolada na Assembleia Legislativa de Sergipe, porém, quanto à avaliação do cofinanciamento, estar contemplado na referida legislação, essa discussão poderá ser amadurecida na oportunidade de reunião do dia 24 de abril. Ademais, relatou ainda, que estão sendo construídas ações para o Procad, que também serão apresentadas na reunião da Câmara Técnica, visto que, estão sendo finalizados alguns pontos. Quanto à distribuição dos computadores, o membro da CIB e diretor financeiro, Luís Fernando, informou que os computadores estão em fase de finalização de compra para distribuição. Em complementação, Lusia pontuou ainda, que será elaborado um Termo de doação, conforme orientado pela PGE, configurando um processo por município, em que posteriormente será solicitada uma relação documental para dar-se início à

distribuição. Concernente à relação do Sistema de Justiça e o atendimento ao agressor da violência doméstica, assim como, a implantação dos Centros de Referência da Mulher, a coordenadora da CIB informou que será acatada a sugestão de reunião com os atores envolvidos para um alinhamento da situação. **IV – 1.1** Dando início aos informes, no que se refere ao ProCad, José Carlos Passos, diretor do Cadastro Único e Vigilância Socioassistencial, destacou que o recurso destinado ao fortalecimento do Cadastro Único que inicialmente seria pago em duas parcelas, foi pago integralmente em uma única parcela, com o objetivo de dar celeridade ao processo de averiguação cadastral das famílias unipessoais, bem como, ampliar a busca ativa. José Carlos também relatou que o Informe disponibilizado pelo MDS dispõe de uma cartilha orientativa para utilização dos recursos. Para apoiar os municípios, de acordo com o Diretor responsável apontou, em consonância com as orientações ministeriais, apesar de estar ainda em fase de planejamento, está sendo elaborado um projeto executivo voltado para capacitação dos membros municipais.**1.2** Em continuidade, Helga Muller, diretora de Benefícios e Programas Socioassistenciais, responsável pelo Cartão Mais Inclusão, assumiu a fala para informar que o CMAIS Mulher terá sua operacionalização de pagamento realizada pela Seasc, mas que o cadastramento será feito pela Secretaria Especial da Mulher, além disso, apresentou os critérios de concessão, conforme estabelecido em legislação. Em seguida, destacou ainda, que o CMAIS PVHA está em andamento, com a transição das cestas básicas para o pagamento através do cartão, refletindo numa melhor operacionalização e mais liberdade para o beneficiário. Ainda referente ao Cartão Mais Inclusão, Ricardo Marques indagou se a modalidade permanente do benefício está tendo fluxo de entrada e saída de público. A Secretária da Seasc informou que o Benefício está passando por uma remodelação para ampliar o atendimento àqueles que ainda estão desassistidos. **1.3** No que concerne ao Programa CapacitaSuas, a assessora jurídica da Seasc relatou que na última reunião da CIB, o CapacitaSuas estava sob análise da PGE. Assim, o processo foi avaliado e a PGE informou que não constavam as documentações necessárias para legitimar a dispensa de licitação. De acordo com Lusia, a diligência indicava que caso não fossem identificados os documentos pela secretaria e anexados ao processo, a orientação era de anulação. Os itens que não constavam eram: a justificativa do custo de execução, bem como, a ampliação do custo no meio do processo, além disso, a comprovação de que não havia outras instituições interessadas em realizar a execução do objeto. Assim, identificou-se que somente a justificativa de ampliação do custo, em virtude da alteração de modalidade virtual para híbrida, mas as outras informações ainda estão sendo buscadas. Diante do exposto, a coordenadora da CIB enfatizou que estabeleceu o prazo até o dia 24 de abril do corrente ano, para o processo atender às exigências da PGE. Caso não haja êxito na ação, será iniciado um novo processo, visto que, o principal objetivo é executar o Programa. Em sugestão, Ricardo Marques apontou a possibilidade de dialogar com a Secretária de Estado responsável pela pasta anteriormente, para tentar localizar as documentações pendentes. Em resposta, Érica Mitidieri informou que vai realizar o contato e destacou o interesse de realizar o CapacitaSuas com celeridade, por entender a urgente demanda. Logo após, referente ao percurso formativo, Franciele Santana informou que a atividade estava voltada para coordenadores de Cras e Creas, para a discussão pautada na liderança. Após a exposição, os representantes presentes indagaram se a realização do percurso havia sido comunicada aos municípios. Em resposta, Roberta Salgado, superintendente de Assistência Social, informou que o convite havia sido encaminhado aos contatos oficiais das Secretarias Municipais e reforçou a importância dos gestores estarem atentos a esses canais de informação. Ademais, iniciou-se uma discussão a respeito dos grupos de whatsapp utilizados para a troca de informações entre a Seasc e os municípios, visto que, conforme apresentado pelos representantes municipais, o grupo que havia com gestores e os assessores foi desfeito. Roberta Salgado informou que foram criados grupos conforme triagem elaborada inicialmente, com base em formulário encaminhado aos municípios,

para realizar um levantamento de quais os representantes e responsáveis por cada setor, para assim, direcionar a criação desses canais de comunicação. Em complementação, Valdiosmar Vieira colocou que os gestores devem se empoderar de sua função e das respectivas atribuições, uma vez que, é de responsabilidade sua, o entendimento das discussões. Por fim a este ponto, pactuou-se pela criação de um grupo específico para os assessores, preservando o grupo de gestores somente com este público. **3.** Em continuidade aos informes, Thalyta Santos, assessora técnica do Conselho Estadual de Assistência Social, assumiu a fala para apresentar o repasse de informações referentes ao processo conferencial da Política de Assistência Social. Assim, apresentou o Informe CEAS 1/2023, que trouxe a temática e contextualização dos eixos a serem os norteadores das discussões desse ano, como também, os instrumentais de registro das conferências e a divisão dos delegados para a conferência estadual. Além disso, informou que será realizada uma reunião ampliada com os municípios para direcionar a construção das conferências nos municípios. Por fim ao informe, relatou que ocorreu no dia 30 de março, um encontro da sociedade civil, com vistas a dialogar as maiores demandas desses atores do Suas no estado. Frente ao exposto, Ricardo Marques pontuou sua insatisfação com relação ao quantitativo de delegados por município, a participarem da conferência estadual, em que, segundo ele, não asseguravam a proporcionalidade da sociedade civil. Em resposta, Thaís Chagas, também secretária executiva do Ceas/SE informou que foram analisados espaços potenciais para sediar o evento em todo o estado, porém, de acordo com a logística específica da conferência estadual, não houve possibilidade de ampliação do público, bem como, a proporcionalidade da sociedade civil, até o presente momento, é uma recomendação, não configurando uma obrigatoriedade na divisão, embora acolhesse o apontamento trazido, mas que diante dos recursos disponíveis, possivelmente não havia possibilidade de flexibilizar o quantitativo. De todo modo, comprometeu-se em dialogar com o colegiado sobre a referida demanda. Assim, a Secretária Érica também sugeriu a avaliação conjunta do Ceas e Seasc de novas possibilidades. **III – 1.** No que ocorrer, Valdiosmar pontuou que o Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social possui uma sala na Seasc, ao tempo em que agradeceu a parceria em disponibilizá-la, porém, informou que estão havendo reiteradas mudanças de local, sem aviso prévio. Assim, solicitou que houvesse um cuidado com essa situação, evitando possíveis transtornos. Por fim, a coordenadora da CIB agradeceu a presença de todos(as), a reunião deu-se por encerrada, e eu, Thais Virginia Chagas Almeida, secretária executiva desta CIB, lavrei a presente ata que será lida e assinada.

_____

Érica Lima Cavalcante Mitidieri
Secretária da SEASC/Coordenadora da CIB

_____

Valdiosmar Vieira Santos
Presidente do Coegemas

_____

Thaís Virginia Chagas Almeida
Secretária Executiva da CIB